



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022 REEDITADO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, por intermédio de sua Pregoeira, que abaixo subscreve, designado pelo Decreto nº. 3241, de 04 de janeiro de 2021 e ainda Portaria nº XX de XX de XX de 2022, de acordo com a Lei nº. 10.520/02, com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e ainda Lei Complementar 123/2006, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço por item (art. 45, §1º, inc. I – Lei 8.666/93), com finalidade de **Aquisição de equipamentos de T.I (workstation Notebook, HD's SSD , HD's SSD M.2 ,Módulos de Memória)** de acordo com o disposto no presente edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos, que será realizado no **dia 11 de Fevereiro de 2022, às 10:00 hs**, em sua sede à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Ed. Juarez Tavares Matta– Centro – Cachoeiro de Itapemirim/ES, conforme Processo Administrativo nº **21502/2021**.

Para fins de credenciamento junto a Pregoeira, o proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (ANEXO II), em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado, com firma reconhecida, respondendo o mesmo pela representada, e se dará no mesmo local e data do preâmbulo, **das 07:00 hs às 10:00 hs**, sendo imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório possui poderes da outorga.

Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, não sendo permitido que um único representante possa responder por mais de uma empresa credenciada.

Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, **renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos**.

Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pela Pregoeira, sendo que nessa oportunidade os licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO III).

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº. 10.520/02 a declaração deverá ser entregue **separadamente** dos envelopes nº. 001 – PROPOSTA e nº. 002 – HABILITAÇÃO.

Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a declaração de que trata o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Anexo III em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres:

**Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Pregão Presencial nº 01 /2022
Envelope DECLARAÇÃO**

Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento da entrega dos envelopes, a declaração de caráter obrigatório prevista no Anexo III, a Pregoeira disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado.

SUMÁRIO:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

- 01 – OBJETO
- 02 – DATA, HORA E LOCAL PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
- 03 – FONTE DE RECURSO
- 04 – ENVELOPE Nº. 001 – PROPOSTA DE PREÇOS
- 05 – ENVELOPE Nº. 002 – HABILITAÇÃO
- 06 – FORNECIMENTO DO SERVIÇO

CONDIÇÕES GERAIS:

- 07 – CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO
- 08 – BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
- 09 – PROCEDIMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO
- 10 – PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO PARA ME. E EPP.
- 11 – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
- 12 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
- 13 – PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- 14 – PAGAMENTO
- 15 – PENALIDADES ADMINISTRATIVAS
- 16 – FISCALIZAÇÃO
- 17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS:

- ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
- ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO
- ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR
- ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
- ANEXO VII – PROPOSTA

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1. OBJETO

1.1 - O objeto da presente Licitação é **Aquisição de equipamentos de T.I (workstation Notebook, HD's SSD, HD's SSD M.2, Módulos de Memória)**, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

2.1 – No dia, hora, e local mencionados no preâmbulo deste Edital, os licitantes entregarão os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão.

2.2 – Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer dos envelopes fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.3 – Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente, devendo estar **lacrados, rubricados**, contendo na parte externa, além da **Razão Social completa do proponente (CNPJ)** os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Pregão Presencial nº. 01/2022
Envelope nº. 001 – PROPOSTA DE PREÇOS

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Pregão Presencial nº. 01/2022
Envelope nº. 002 – HABILITAÇÃO

2.4 – O Envelope nº. 001 – PROPOSTA – deverá conter as informações/documentos exigidos no item 4 deste Edital, e o Envelope nº. 002 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos/informações exigidos no item 5 deste Edital.

3. FONTE DE RECURSO

3.1- As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação:

3.3.90.30.17 . - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

4.4.90.52.19 - EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

4. ENVELOPE Nº. 001 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – No Envelope nº. 001 deverá conter a Proposta de Preços na forma do anexo VII, obedecendo, **sob pena de desclassificação**, ao que se segue:

a) ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;

b) discriminação completa do objeto ofertado, conforme especificações e condições dos Anexos I e VII, devendo sempre que possível, trazer as mesmas expressões, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



objeto;

c) validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma;

d) preço total global devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), bem como em algarismo e por extenso;

e) declaração do proponente, na própria proposta de que estão inclusos todos os custos de fornecimento e instalação, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

f) para melhor elaboração da proposta, deverá ser feita visita técnica. A visita será facultativa. Caso não faça, não serão aceitas alegações posteriores de não conhecimento dos locais e outras implicações para a execução do serviço.

4.2 – As declarações supramencionadas deverão ser expressas, sob pena de desclassificação da proposta.

5. ENVELOPE Nº. 002 – HABILITAÇÃO

5.1 – Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

5.2 – Habilitação Jurídica

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.3 – Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento, e uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO.

5.4 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) CNPJ;

b) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal (sede da empresa/e ou filial);

c) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual (sede da empresa/e ou filial);

d) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Federal (Certidão) com a Fazenda Federal (certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

d.1) A partir de 03/11/2014, não existe mais a emissão de certidão específica, relativa a Contribuições Previdenciárias (INSS) para CNPJ, que passam a constar de certidão única e conjunta com os demais tributos federais. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária (INSS) e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



de validade nela indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. – Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/grupo2/certidoes.htm>

e) Prova de Regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Lei nº 8.036/90);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

5.5 – Qualificação econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 60 (sessenta) dias da abertura deste Pregão, quando não for expresso sua validade.

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b 1) O balanço e demonstrações solicitados deverão ser representados por cópias reprográficas das páginas do livro diário onde se acham transcritos, acompanhadas de cópia reprográfica de seu Termo de Abertura e de Encerramento, comprovando registro na junta Comercial. Poderá também ser apresentada cópia reprográfica de publicação em jornal, na forma de Lei. As cópias deverão ser autenticadas.

b 2) Quando o balanço patrimonial do último exercício social estiver encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá apresentá-los atualizados através da variação de índices oficiais do mês de encerramento, devendo indicar a data de atualização.

b 3). As Empresas constituídas como Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Sociedades consideradas “Empresas de Grande Porte”, deverão apresentar seus balanços de acordo com as disposições contidas na Lei 11.638/2007.

b 4). Para as Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, é indispensável à indicação do número de registro do Livro Diário, do número

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



das páginas em que se acham transcritas as demonstrações financeiras e do número de registro do Livro Diário na repartição competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas).

b 5). As empresas recém-constituídas deverão apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na repartição competente.

b 6) Empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real deverão apresentar Declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(s) de que se enquadram na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, até o final do mês de junho do ano corrente. A partir do mês julho do ano corrente deverão apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), por meio do Recibo de Entrega de Livro Digital e o Termo de Autenticação com a sua respectiva numeração.

b 7) Comprovação da existência de Patrimônio Líquido a ser apurado com base no balanço do último exercício.

c) Comprovação de que a licitante está em boa situação financeira, através da apresentação dos seguintes índices:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM)
OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM)
OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO IGUAL OU INFERIOR A 0,50 (ZERO VÍRGULA CINQUENTA) CALCULADO PELA FÓRMULA:

$$IE = \frac{PC + ELP}{AT}$$

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP= REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ELP= EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

PC = PASSIVO CIRCULANTE 9

ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

d) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) inferior a 1,00 (hum), desqualifica a Empresa ou Firma.

e) Considerar-se-á para efeito do cálculo da alínea anterior o valor estimado pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

f) Ao licitante que não atingir o valor mínimo exigido quanto aos índices é facultado demonstrar sua capacidade econômico-financeira por meio da prova de possuir Capital Social ou Patrimônio Líquido equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, que será averiguado através do Balanço Patrimonial apresentado no ato do certame.

5.6 – Qualificação Técnica

Documentação necessária para habilitação técnica das licitantes:

5.6.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1.

5.6.2 O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

5.7 – Declaração em papel timbrado da empresa, de inexistência de fato impeditivo para licitar, conforme Anexo IV deste Edital.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



5.8 - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.9 – Declaração, em papel timbrado da empresa, do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, conforme Anexo V deste Edital.

5.10 – Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova à exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.

5.11 – A documentação deverá ser apresentada em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras.

5.12 – É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação, salvo as exceções legais.

6. FORNECIMENTO

6.1 – A entrega dos equipamentos ficará totalmente por responsabilidade da contratada, sendo esta responsável por tudo que se fizer necessário para a entrega.

6.2 – Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas do fornecimento do objeto, será lavrado termo de recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas.

CONDIÇÕES GERAIS

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição e que desenvolvam as atividades objeto desta licitação.

7.2 – Não será admitida a participação nesta licitação de empresas:

a) que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública;

b) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público;

c) que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

d) que se subsumem nas disposições do Artigo 9º e inciso V do Artigo 27 da lei nº. 8.666/93;

7.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou Pregoeiro. A autenticação se dará até o horário final do credenciamento.

7.4 – Não será realizada autenticação de documentação baseada em cópia autenticada, devendo para tanto, ser apresentado documento original.

7.5 – Quanto às certidões retiradas por meio eletrônico, não será permitido cópia autenticada, devendo ser apresentado documento original.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



8. BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

8.1 – Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar no **Envelope nº. 001 – PROPOSTA DE PREÇOS**, os seguintes documentos:

a) declaração de que não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º. da Lei Complementar nº. 123/2006, conforme Anexo VI;

b) certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

8.2 – Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte regularize sua documentação fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado a partir do momento em que a licitante for declarada arrematante, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do art. 43 § 1º. da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3 – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido no item 8.2 decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do art. 43 § 2º. da Lei Complementar nº. 123/2006 c/c o art. 64 § 2º. da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

9. PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO

9.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, e em ato contínuo as licitantes entregarão a Pregoeira os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação. É proibido a admissão de novos participantes no certame a partir do encerramento do credenciamento.

9.2 - A Pregoeira procederá a abertura do Envelope nº. 001 – PROPOSTA DE PREÇOS, julgando-as e classificando-as pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando, para tanto, as disposições da Lei 10.520/2002, principalmente as previstas no Artigo 4º, inciso VIII, IX e X.

9.3 – A análise das propostas pela Pregoeira visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.4 – Serão classificadas as ofertas com preço até 10% (dez por cento) superior a oferta de menor valor. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.4, serão classificadas as melhores propostas até o máximo de 3 (três).

9.5 – Uma vez classificadas as propostas, a Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.6 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.7 – A Pregoeira, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessário a fim de pôr ordem ao certame.

9.8 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 – Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.10 – A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.11 – Sendo aceitável a proposta, será aberto o Envelope nº. 002 – HABILITAÇÃO – e verificado o atendimento as exigências habilitatórias previstas neste edital.

9.12 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.13 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

9.14 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura a Pregoeira vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

9.15 – A Pregoeira ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

9.16 – Os itens que não tiverem cotação serão considerados desertos, para fins de aplicação do Artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93.

10. PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1 – Em caso de participação de licitante que detenha condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 serão adotados os seguintes procedimentos:

10.1.1 será assegurada como critério de desempate, preferência na contratação para

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



as microempresas ou empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.2 – Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte conforme previsto na alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, observando a ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

c) no caso de igualdade de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para se identificar aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.3 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 10.1, o objeto será adjudicado em favor da licitante originalmente vencedora do certame.

10.4 – O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não for apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1 – Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº. 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, por intermédio da Pregoeira, que poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado. **O REFERIDO RECURSO DEVERÁ SER PROTOCOLADO NO SETOR DE PROTOCOLO DA CÂMARA MUNICIPAL NO ENDEREÇO CONSTANTE NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, NO HORÁRIO DE 07h00 ÀS 13h00**, observado os prazos previstos na Lei 8.666/1993 e Lei 10.520/2002.

11.2 – Decairá do direito de impugnar o Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas, no mesmo horário e local indicado no item anterior.

11.3 – Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões da Pregoeira poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.5 – **NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO LOCAL PREVISTO NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, APRESENTADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

11.6 – Os recursos contra decisões da pregoeira terão efeito suspensivo, na forma do Artigo 109 § 2º. Da Lei nº. 8.666/93 e o acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1- A classificação das propostas, o julgamento e a habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso. Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão a Pregoeira é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

13. PAGAMENTO

13.1 – A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim efetuará o pagamento à empresa adjudicatária em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

13.2 – A Nota Fiscal deverá ser apresentada após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo pelo setor requisitante.

13.3 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à adjudicatária para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

13.4 – A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela adjudicatária.

13.5 – Os preços poderão ser alterados apenas nas hipóteses previstas em Lei, de acordo com a Lei 8.666/93, art. 65.

13.6 – O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual do domicílio ou sede da Empresa e Municipal (onde for sediada a empresa e a do Município de Cachoeiro de Itapemirim, quando a sede não for deste Município), através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

13.7 – O pagamento será efetivado mediante depósito em conta-corrente, em qualquer agência da rede bancária indicada pela Empresa.

13.8 – O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:

a) de empresas associadas;

b) de matriz para filial;

c) de filial para matriz;

d) de sócio;

e) de representante;

f) de procurador, sob qualquer condição.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



13.9 – É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.

13.10 – Nenhum pagamento será efetuado a adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

13.11 – A Empresa arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários a prestação dos serviços objeto deste edital.

14. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 – A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 á 88 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

14.2 – A Empresa que deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Edital, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação constante na Nota de Empenho;

d) Suspensão para contratar com a Administração;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

14.3 – A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item acima serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

14.4 – Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Empresa será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

14.5 – A empresa, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento da Nota de Empenho, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar cancelada a Nota de Empenho mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

14.6 – As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no item 14.5.

14.7 – As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 14.2

14.8 – As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e acumuladas comuna das penalidades previstas nas letras “d” e “e” todas do item 14.2.

14.9 – A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser cancelada a Nota de Empenho e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, cancelar a Nota de Empenho em razão do atraso.

14.10 – A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender cancelada a Nota de Empenho.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



- 14.11** – As multas serão calculadas pelo total do valor da Nota de Empenho.
- 14.12** – Se o descumprimento da obrigação constante na Nota de Empenho gerar consequências graves para a Administração, poderá esta, além de cancelar a Nota de Empenho, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 14.2.
- 14.13** – Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.
- 14.14** – A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pela Câmara Municipal.
- 14.15** – Quando declarada a Inidoneidade da empresa, a CMCI submeterá sua decisão ao Procurador Legislativo, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.
- 14.16** – Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
- 14.17** – Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:
- tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação;
 - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1**- O acompanhamento e fiscalização do recebimento dos equipamentos será feito por servidor indicado pela Câmara Municipal, a quem caberá a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições bem como comunicar às autoridades competentes qualquer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.
- 15.2** – Fica reservada ao Presidente da Câmara Municipal a competência para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos neste ato, nas normas e em tudo que, de qualquer forma, relaciona-se direta ou indiretamente com o objeto deste Pregão Presencial, garantindo, entretanto, o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3** - A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única e integral da CONTRATADA, no que concerne aos serviços prestados.
- 15.4** – A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização do CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso às documentações referentes ao objeto contratado, bem como atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

16 -DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1** – Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, amparado pela Lei nº. 10.520/02 e pela Lei nº. 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.
- 16.2** – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



16.3 – As Empresas que se enquadrarem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão se submeter às regras da Lei Complementar nº. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

16.4 – Os Licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da documentação ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceita reivindicações. Eventuais deficiências no atendimento dos requisitos e exigências para apresentação da documentação serão consideradas de responsabilidade exclusiva dos licitantes.

16.5 – Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos licitantes em razão da presente licitação, incluindo os gastos relativos a preparação da documentação, correrão as suas expensas, sendo de exclusiva responsabilidade e risco, ficando a Câmara isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

16.6 – O presente Edital poderá ser obtido na Câmara Municipal, setor de Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário de 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou através do site da CMCI, www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

16.7 – Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas. Todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, poderão ser apresentados por escrito, ao Pregoeiro, no prazo legal, em horário e local previsto no item 11.1, ou pelo telefone (28) 3526-5619, ou ainda pelo endereço eletrônico licitacao@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

16.8 – A Pregoeira e/ou membro da equipe de apoio reserva-se ao direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

16.9 – A Pregoeira solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

16.10 – Poderão ser convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada, direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade.

16.11 – A pregoeira resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

16.12 – A pregoeira pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

16.13 – A pregoeira, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

16.14 – Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvado o

disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

16.15 – No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



contraditório e a ampla defesa.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 26 de janeiro de 2022

ROSA DE LIMA CANSOLI HEMERLY
Pregoeira Oficial

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de T.I., conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. Quantidades

Item	Quantidade	Descrição
01	01	Workstation Notebook conforme especificações abaixo
02	40	HD´s SSD conforme especificações abaixo
03	40	HD´s SSD M.2 conforme especificações abaixo
04	40	Módulos de Memória conforme especificações abaixo

2.2. Especificações

2.2.1 – Item 01 – Notebook

2.2.1.1. Microprocessador:

2.2.1.1.1. Microprocessador de arquitetura x86, com suporte a 32 e 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE 4.1 e SSE 4.2;

2.2.1.1.2. Frequência mínima de 3.2 GHz, sem utilização do recurso de overclock;

2.2.1.1.3. Processador com tecnologia de núcleos múltiplos, com no mínimo 08 (quatro) núcleos físicos de processamento;

2.2.1.1.4. Deverá possuir controlador de memória integrado ao processador;

2.2.1.1.5. Deverá possuir memória cache L3 de no mínimo 16MB;

2.2.1.1.6. O microprocessador deverá ser capaz de se comunicar com memórias RAM do tipo DDR4, na frequência mínima de 3200 MHz;

2.2.1.1.7. Deverá ser da última geração disponível pelo fabricante do processador, no mercado nacional para a linha de notebooks;

2.2.1.1.8. Deverá possuir sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando na sua frequência máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado;

2.2.1.1.9. Deverá atingir score mínimo de 20000 pontos, no item Passmark CPU Mark, de acordo com tabela de resultados constantes em https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;

2.2.1.2. Placa mãe:

2.2.1.2.1. Arquitetura BTX, ATX, ITX, UCFF e suas variações;

2.2.1.2.2. Deverá suportar integralmente o processador especificado no item anterior;

2.2.1.2.3. Deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) slots para memória RAM do

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



- tipo DDR4, na frequência mínima de 3200 MHz, com possibilidade de expansão para no mínimo 32GB;
- 2.2.1.2.4. Deverá possuir suporte para a tecnologia de acesso à memória Dual Channel ou superior;
- 2.2.1.2.5. Deverá ser compatível com WOL (Wake On LAN), com essa funcionalidade habilitada de fábrica, totalmente funcional;
- 2.2.1.2.6. Deverá suportar gerenciamento remoto;
- 2.2.1.2.7. Deverá possuir no mínimo 01 (uma) interface (uma) interface NVMe M.2;
- 2.2.1.2.8. Deverá possuir suporte a unidades de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive);
- 2.2.1.2.9. Deverá possuir regulagem de velocidade de rotação do ventilador do cooler da CPU de forma automática, de acordo com a variação da temperatura da CPU;
- 2.2.1.2.10. Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado;
- 2.2.1.2.11. Deverá ser compatível com o padrão Plug-and-Play;
- 2.2.1.2.12. Deverá possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 integrado, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através do Sistema Operacional ou recurso nativo, software desenvolvido ou homologado pelo fabricante, ou em regime de OEM;
- 2.2.1.2.13. Deverá ter suporte ao padrão de gerenciamento DASH 1.1 ou tecnologia equivalente para permitir gerenciamento da estação a nível de hardware;

2.2.1.3. Sistema Básico de Entrada e Saída (BIOS):

- 2.2.1.3.1. Do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável;
- 2.2.1.3.2. Deverá contemplar suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0, com controle automático de rotação do ventilador da CPU;
- 2.2.1.3.3. Deverá ser entregue com a versão mais atual disponibilizada pelo fabricante, com tolerância máxima de 180 (cento e oitenta) dias;
- 2.2.1.3.4. Para esclarecimento do prazo definido no item anterior, deve-se entender que o tempo de antiguidade deste BIOS não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias na data da entrega da proposta dos equipamentos na CONTRATANTE;
- 2.2.1.3.5. Deverá possuir capacidade de Proteção da memória contra gravação, realizada por intermédio de configuração no SETUP da BIOS;
- 2.2.1.3.6. Deverá permitir controle de acesso através de senhas, sendo uma para tão somente inicializar o computador, e outra para os recursos de administração do BIOS (Power On e Setup, respectivamente);
- 2.2.1.3.7. Deverá possuir número de série do computador registrado no BIOS e este deverá permitir sua leitura remota. O número de série registrado no BIOS deverá vir inserido de fábrica;
- 2.2.1.3.8. Deverá possuir suporte a SMBIOS (System Management BIOS) 2.4 ou superior;
- 2.2.1.3.9. Deverá possuir suporte para EFI (Extensible Firmware Interface) e

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



UEFI (Unified Extensible Firmware Interface);

2.2.1.3.10. As estruturas do BIOS Information e System Information devem vir completamente e corretamente preenchidas. As strings relativas aos atributos Manufacturer, Product Name e Version da estrutura System Information devem ser iguais em todos os equipamentos;

2.2.1.3.11. O BIOS deverá ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, ou este deverá ter direitos (copyright) sobre este BIOS, sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizadas;

2.2.1.3.12. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no site do fabricante;

2.2.1.3.13. Deverá ser apresentada documentação do fabricante da Placa Mãe ou do BIOS, comprovando o seu desenvolvimento para o equipamento ofertado;

2.2.1.3.14. Deverá permitir o acesso remoto ao POST (Power On Self Test) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, através da rede;

2.2.1.3.15. Deverá ser gerenciável remotamente, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados pela rede elétrica e conectados localmente à rede de dados;

2.2.1.3.16. Deverá permitir ligar e desligar o micro remotamente;

2.2.1.3.17. Deverá permitir o gerenciamento do inventário de hardware, de alertas padrões (ASF) e gerenciamento remoto do BIOS do equipamento;

2.2.1.3.18. Deverá permitir todas as funções acima especificadas em rede 802.1x;

2.2.1.4. **Memória RAM:**

2.2.1.4.1. Deverá ser do tipo SDRAM DDR4 ou superior;

2.2.1.4.2. Deverá ter frequência mínima de funcionamento de 3200MHz;

2.2.1.4.3. Deverá possuir no mínimo 16GB, instalado em 02 (dois) módulos (2x8GB);

2.2.1.4.4. As memórias instaladas nos equipamentos deverão ser da mesma marca e modelo, e totalmente compatíveis com o barramento da Placa Mãe;

2.2.1.5. **Unidade de Armazenamento SSD (Solid State Disk):**

2.2.1.5.1. Unidade de disco interna, com capacidade de armazenamento de no mínimo 512GB;

2.2.1.5.2. Deverá possuir interface M.2 NVMe;

2.2.1.6. **Interface de Vídeo:**

2.2.1.6.1. Deverá possuir capacidade mínima para operar com suporte às resoluções de 1920 x 1080, com profundidade de cores de 24 bit;

2.2.1.6.2. Deverá possuir conectores para monitor externo no padrão HDMI 2.0 no mínimo;

2.2.1.6.3. Deverá oferecer suporte as API's DirectX 11 e OpenGL 4 no mínimo;

2.2.1.6.4. O equipamento deverá ser capaz de operar com no mínimo 01 (um) monitor externo, sem o uso de adaptações;

2.2.1.6.5. Deverá permitir o espelhamento da imagem entre os monitores suportados, com a função de duplicar a área de trabalho entre esses equipamentos;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



2.2.1.6.6. Deverá expandir a imagem entre os monitores suportados, com o recurso de área de trabalho única, ou seja, estender a área de trabalho em conjunto a todos os monitores;

2.2.1.6.7. A interface deverá ser on-board (soldada na placa mãe);

2.2.1.6.8. Deverá possuir taxa de atualização de no mínimo 120Hz, na resolução de 1920 x 1080;

2.2.1.6.9. Deverá atingir score mínimo de 12000 pontos, no item Passmark GPU, de acordo com tabela de resultados constantes em http://www.videocardbenchmark.net/gpu_list.php;

2.2.1.7. Interface de Rede Física:

2.2.1.7.1. Deverá ser Plug & Play, com comunicação a 10/100/1000/2500 Mb / s, padrões Ethernet, Fast Ethernet e Gigabit Ethernet, totalmente configurável por software;

2.2.1.7.2. Deverá suportar a configuração automática de velocidade de interface (auto-sense);

2.2.1.7.3. Deverá permitir comunicação no modo full duplex;

2.2.1.7.4. Deverá possuir conexão RJ-45 fêmea;

2.2.1.7.5. Deverá possuir suporte a Wake-up On LAN em funcionamento (habilitado de fábrica no BIOS);

2.2.1.7.6. Deve fornecer suporte a PXE 2.0;

2.2.1.8. Interface de Rede Sem Fio:

2.2.1.8.1. Deverá suportar WLAN nos padrões IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax;

2.2.1.8.2. Deve permitir habilitar e desabilitar o sistema de radiocomunicação no BIOS do equipamento e por comandos DMI ou DASH ou, não sendo possível desabilitar dessa forma, permitir desabilitar por envio de comando do Sistema Operacional;

2.2.1.8.3. O adaptador de Rede Sem Fio deverá estar integrado e embutido internamente na unidade principal;

2.2.1.8.4. Não será aceito adaptador de Rede Sem Fio via USB ou qualquer outro dispositivo externo;

2.2.1.8.5. Deverá ser capaz de operar em Dual Band (2.4GHz e 5GHz);

2.2.1.8.6. Deverá permitir transferência de dados na velocidade máxima alcançada em cada um dos padrões de rede (802.11 a/b/g/n/ac/ax);

2.2.1.8.7. Deverá possuir certificação da ANATEL;

2.2.1.9 Interface de Som:

2.2.1.9.1. Interface de Som obrigatoriamente integrada à placa mãe (on-board);

2.2.1.9.2. Deverá possuir conector/interface com no mínimo 01 (uma) saída para caixa acústica e entrada de linha ou microfone externo, localizados na parte frontal do gabinete;

2.2.1.9.3. Os conectores de entrada e saída de sinal de áudio poderão ser compartilhados, ou seja, serem combo, utilizados para a função de microfone e fone de ouvido simultaneamente;

2.2.1.9.4. O equipamento deve possuir, no mínimo, 01 (um) Watt RMS de potência compatível com a controladora de som especificada e com capacidade de desativação automática do alto falante interno quando for conectada uma

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



saída acústica externa ou fone de ouvido na saída da controladora de som;

2.2.1.10. Interfaces USB:

2.2.1.10.1. Deverá possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB 3.0 Type A;

2.2.1.10.2. Deverá possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB 3.0 Type C;

2.2.1.10.3. As interfaces deverão ser disponibilizadas sem a utilização de hubs ou portas USB instaladas em qualquer tipo de adaptador PCI;

2.2.1.10.4. É obrigatória a possibilidade de desativação das portas através do BIOS do sistema;

2.2.1.10.5. O chipset controlador das interfaces USB deverá estar presente na placa mãe (on-board), sendo vedada qualquer construção em que este chipset se encontre em placa externa;

2.2.1.11. Teclado:

2.2.1.11.1. Deverá ser do tipo estendido de no mínimo de 101 teclas;

2.2.1.11.2. Deverá ser retro iluminado;

2.2.1.11.3. Deverá o bloco numérico ser separado das demais teclas, com disposição à direita do bloco de letras;

2.2.1.11.4. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão em uso prolongado;

2.2.1.12. Fonte de Alimentação Elétrica:

2.2.1.12.1. Deverá ser compatível com o sistema e placa mãe ofertados;

2.2.1.12.2. Deverá oferecer tensões de entrada de 100 a 240 VCA (com tolerância entre $\pm 10\%$), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;

2.2.1.12.3. Deve ter potência real mínima capaz de suportar todos os dispositivos internos e externos, na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa mãe, interfaces, discos sólidos, memória RAM e demais periféricos);

2.2.1.12.4. A fonte deverá possuir tecnologia PFC – correção de fator de potência (ativo), para evitar a perda de energia e com 90% de eficiência energética ou superior quando a fonte é utilizada a 50% da sua potência máxima. A eficiência energética da fonte deve ser comprovada através da certificação 80 Plus Gold, podendo ser comprovada através de relatório extraído do site <http://www.80plus.org>, em nome do próprio fabricante do computador;

2.2.1.13. Sistema Operacional Pré-Instalado:

2.2.1.13.1. Deverá ser fornecida 01 (uma) licença para o equipamento do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits em português do Brasil, do tipo OEM;

2.2.1.13.2. O Equipamento deverá ser fornecido com o sistema operacional instalado, com todos os drivers e em pleno funcionamento;

2.2.1.13.3. Justifica-se a solicitação de fornecimento dos equipamentos com o sistema operacional Windows uma vez que, todo o parque de computadores e os sistemas de gerência e controle da CMCI estão implementados baseados nessa solução;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



2.2.1.14. Tela integrada:

- 2.2.1.14.1. Deverá ter tamanho mínimo de 15,6" (Quinze virgula seis polegadas);
- 2.2.1.14.2. Deverá ser de tecnologia LED (Tela de LED orgânico ou LCD iluminada por LEDs);
- 2.2.1.14.3. Deverá ter a proporção de 16:9 (Widescreen);
- 2.2.1.14.4. Deverá ter brilho de 250 nits ou superior;
- 2.2.1.14.5. Capacidade de exibição de 16 milhões de cores ou superior;
- 2.2.1.14.6. Deverá ser compatível com a resolução de 1920x1080 dpi @ 120Hz ou superior;
- 2.2.1.14.7. Tempo de resposta máximo de 35ms (trinta e cinco milissegundos);

2.2.1.15. Certificações e Compatibilidade:

- 2.2.1.15.1. O equipamento proposto deverá ser compatível com o sistema operacional Windows 11 na categoria x64;
- 2.2.1.15.2. Deverá ser compatível com o padrão DMI 2.0 (Desktop Management Interface) ou mais recente da DMTF (Desktop Management Task Force), comprovado através de indicação que o modelo do equipamento consta no site www.dmtf.org. Será aceita comprovação através de declaração do fabricante do equipamento, desde que o fabricante conste como membro da categoria Board ou Leadership do site DMTF, comprovado através do site <http://www.dmtf.org/about/list>;

2.2.1.16. Outros Requisitos:

- 2.2.1.16.1. Todos os componentes ofertados devem manter o padrão de cor;
- 2.2.1.16.2. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à instalação do equipamento, bem como a de seus componentes;
- 2.2.1.16.3. Deverá ser fornecido cabo de energia com tomada macho padrão ABNT 14136:2002, bem como adaptador de tomada do padrão novo, com fêmea – NBR 14136 para o padrão antigo, com macho NEMA 5-15P, de forma a permitir a conexão dos cabos de força fornecidos com o padrão de tomadas das instalações elétricas da CMCI;
- 2.2.1.16.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos entre si, ou seja, todos os componentes internos e externos devem ser da mesma marca e modelo e ainda, idênticos ao equipamento entregue como amostra utilizado para avaliação e homologação;
- 2.2.1.16.5. Todos os cabos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos com comprimento de, no mínimo, 1,40m;
- 2.2.1.16.6. O fabricante deve ter site na Internet, com disponibilidade de informações e downloads de novas versões de BIOS. Firmwares e drivers de dispositivos dos equipamentos;
- 2.2.1.16.7. O equipamento fornecido deverá ser de fabricação, suporte e garantia da marca DELL, já que o parque de máquinas da CMCI compõe-se majoritariamente de equipamentos desta mesma;

2.2.2. Item 02 – HD SSD:

- 2.2.2.1. Deverá ter a capacidade mínima de 240GB;
- 2.2.2.2. Deverá contemplar o padrão de interface SATA III;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



- 2.2.2.3. Deverá ter o tamanho físico de 2,5" (Duas vírgula cinco polegadas);
- 2.2.2.4. Deverá ter velocidade de leitura sequencial mínima de 500MB/s;
- 2.2.2.5. Deverá ter velocidade de gravação sequencial mínima de 400MB/s;
- 2.2.2.6. Não serão aceitos equipamentos do tipo híbrido, em nenhuma hipótese;

2.2.3. Item 03 – HD SSD M.2:

- 2.2.3.1. Deverá ter a capacidade mínima de 240GB;
- 2.2.3.2. Deverá contemplar o padrão de interface NVMe;
- 2.2.3.3. Deverá ter o tamanho físico no padrão M.2 2280;

2.2.4. Item 04 – Módulos de Memória:

- 2.2.4.1. Deverá Ser do tipo DDR3L 1600MHz;
- 2.2.4.2. Deverá ter a capacidade de 4GB;
- 2.2.4.3. Deverá ter o form-factor no padrão SODIMM 204 pinos;
- 2.2.4.4. Deverá ter como características ser sem suporte à ECC, Low Wattage e Unbuffered, com voltagem de 1.35v;

2.3. Outros Requisitos:

- 2.3.1. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à instalação do equipamento, bem como a de seus componentes;
- 2.3.2. Deverá ser fornecido cabo de energia com tomada macho padrão NBR 14136 com macho NEMA 5-15P, de forma a permitir a conexão dos cabos de força fornecidos com o padrão de tomadas das instalações elétricas da CMCI, no caso do Item 01;
- 2.3.3. O fabricante deve ter site na Internet, com disponibilidade de informações e downloads de novas versões de BIOS. Firmwares e drivers de dispositivos dos equipamentos;

2.4. Disposições Gerais:

- 2.4.1. Todo o material fornecido deverá ser acondicionado e entregue em embalagens constituídas preferencialmente de materiais recicláveis, adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, em condições que envolvam embarques e desembarques, transportes marítimos, aéreos ou por rodovias não pavimentadas, sendo que, deverá ser substituído todo e qualquer produto que chegar com defeito ou que sua embalagem apresente alguma informação rasurada ou que deixe margem à dúvida quanto à origem e garantia do material;
- 2.4.2. Os materiais que apresentarem qualquer um dos problemas elencados no item anterior deverão ser substituídos em até 10 (dez) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, à critério do CONTRATANTE;
- 2.4.3. A identificação do fabricante, com seu nome e/ou logotipo deverá estar clara em todas as embalagens, e ser impressa através de procedimento automático de fabricação, não sendo admitidos colagens ou registros manuais;
- 2.4.4. O cumprimento irrestrito dos itens anteriores que tratam das embalagens garante a proteção necessária aos sensíveis itens especificados nessa aquisição;
- 2.4.5. Em todos os casos, deverão ser fornecidos os materiais especificados, de primeira qualidade, observando-se rigorosamente as características

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



especificadas neste Termo de Referência, podendo ser fornecidos produtos com especificação superior após aprovado pela CONTRATANTE;

2.4.6. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.) em português ou inglês, necessária à instalação e à operação dos equipamentos;

2.4.7. Os softwares fornecidos (se aplicável) deverão estar em versão completa. Não serão aceitos softwares de demonstração, tipo Trial, Shareware ou análogos;

2.4.8. Deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, os equipamentos com todos seus itens acessórios de hardware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle e programas de configuração;

2.4.9. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

2.4.10. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em site oficial do fabricante através da internet, sendo que para este último caso deve vir indicado as respectivas URL (Uniform Resource Locator);

2.4.11. Quando cabível e havendo necessidade, será solicitado à empresa licitante declarações do fabricante como comprovação das exigências. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará na desclassificação da empresa proponente;

2.4.12. O fabricante dos equipamentos deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de drivers e softwares opcionais que por ventura acompanhem os mesmos, e essas devem ser disponibilizadas em suas versões mais recentes no intuito de que os equipamentos estejam sempre atualizados com as versões mais recentes de softwares e drivers para os mesmos;

2.4.13. É imperativo que, os orçamentos que contemplem a formação do preço médio para aquisição dos equipamentos acima descritos informem não só a marca, como o modelo, para fins de averiguação das características do mesmo, sendo que a falta/omissão de qualquer parte dessas informações, torna automaticamente o orçamento NULO, pra fins de registro no processo de aquisição que trate esse termo de referência;

2.4.14. Deverá ser possível a verificação da garantia através do número de série no website do fabricante;

2.4.15. A garantia citada no item anterior, referente ao item 01 não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao período de 03 (três) anos;

3. DO OBJETIVO

3.1. Atender a necessidade da manutenção anual dos equipamentos de T.I. desta Casa de Leis, a evolução tecnológica dos mesmos, bem como a aquisição de equipamento para uso neste setor.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Item 01 – Workstation Notebook;

4.1.1. As atribuições constantes das funções de Supervisor de T.I. - Infraestrutura e Software, de acordo a Lei 7866/2021 são as seguintes:

- Reportar o andamento dos projetos ao superior;
- Gerenciar e verificar o estado dos chamados de Helpdesk e de tarefas de manutenção concernentes à sua área de atuação;
- Fazer relatórios gerenciais de sua área de atuação;
- Elaborar Termos de referência na área de atuação, sob supervisão do Supervisor Geral;
- Analisar a rede interna da CMCI, elaborando procedimentos relacionados à qualidade dos serviços utilizados em sistemas informatizados;
- Executar a manutenção, configuração, de computadores, impressoras e ativos de rede da CMCI;
- Fazer o acompanhamento da rotina e o cumprimento das Instruções Normativas elaboradas pelas áreas sob sua responsabilidade;
- Prestar informações e esclarecimentos às áreas sob sua responsabilidade;
- Organizar e executar tarefas, operacionalizando projetos relacionados ao seu setor de trabalho, inclusive rotinas administrativas e técnicas, buscando a efetividade dos resultados pretendidos;
- Digitar expedientes, documentos e textos diversos para atender às rotinas do seu setor;
- Atuar na configuração, atualização, detecção e solução de falhas e problemas de Hardware e sistemas de T. I.;
- Outras atividades correlatas;

4.1.2. Para que tais atribuições possam ser desempenhadas na maior celeridade, eficiência e eficácia possível, faz-se necessário um ferramentário condizente com as tarefas delegadas.

4.1.3. O equipamento utilizado até então para essa tarefa, atingiu seu ciclo de vida e foi declarado como inservível, conforme documento em anexo a este pedido de compra.

4.1.4. O termo Workstation diferencia-se do Desktop/Notebook, pelo fato de no primeiro serem realizadas tarefas e processamentos de finalidades técnicas e específicas, demandando assim configurações e especificações acima dos computadores Desktop/Notebook padrão, já os últimos são especificados de maneira a atender demandas genéricas e que não necessitam de alto poder de processamento, o que não é o caso das atribuições do supervisor dessa área, que compreendem prototipação, codificação, testes e implantação de softwares, projetos de infraestrutura física e lógica de T.I., entre outras tarefas.

Devemos nos atentar que, como preceitua a “Lei de Moore” que sacramenta que *“a cada período de 18 meses, o poder de processamento dos microcomputadores dobra”*, e sabendo que os softwares acompanham e tiram vantagens desse poderio de processamento, cabe-nos buscar uma solução de hardware que não se torne totalmente obsoleta num período tão curto de tempo, para isso observando-se primordialmente os princípios da economicidade pública e efetividade, o que se traduz num equipamento que tenha uma vida útil no mínimo igual ao seu tempo de garantia.

Atentamos também para a necessidade de mantermos a homogeneidade do

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



parque de equipamentos dessa casa, já que os equipamentos utilizados nos setores administrativos dessa Casa de Leis são 100% fabricados, garantidos e suportados pela fabricante DELL, o que nos dá a vantagem e expertise no suporte e manutenção dos mesmos, justificando assim a especificação de marca do equipamento em voga.

4.2. Itens 02, 03 e 04:

4.2.1. Os itens citados acima, compõem uma solução de upgrade para o parque de máquinas já existentes nessa casa, que contemplam equipamentos dos setores administrativos, dos gabinetes e do plenário desta Casa.

Aproveitando-se da manutenção anual dos mesmos (realizada entre os meses de Janeiro e Fevereiro), esse pedido baseia se na oportunidade de efetuar não só a manutenção lógica (software) mas também o upgrade (aumento de performance ou recursos) dos equipamentos em voga, já que o custo desse upgrade não alcança 20% do valor atualizado dos equipamentos, mas trazendo o benefício de uma sobrevida de no mínimo mais 2 anos para os mesmos, evitando assim abrir mão de recursos financeiros, processos administrativos e legais envolvidos na aquisição de equipamentos novos.

4.3 Informamos que tais itens deverão entrar no planejamento/orçamento da CMCI para o ano de 2022, sendo este pedido de aquisição feito nesse momento para que o processo legal do mesmo possa ser realizado com o tempo necessário para que a conclusão do mesmo entre em conformidade com o período anual de manutenção supra citado.



ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO (EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Cachoeiro de Itapemirim/ES, _____ de _____ de 2022.

À

Pregoeira da CMCI

Assunto: Credenciamento para a participação no Pregão nº 01/2022.

O(s) abaixo-assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____

_____ vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr^o.(a) _____

_____, Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

(nome do representante da empresa com firma reconhecida)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Cachoeiro de Itapemirim/ES, _____ de _____ de 2022.

À

Pregoeira da CMCI

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão nº.01/2022.

O(s) abaixo-assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____

DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafo, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

À

Pregoeira da CMCI

REF.: PREGÃO N.º 01/2022.

DECLARAÇÃO

.....<<nome da empresa>>....., CNPJ N.º,
.....<<endereço

completo>>, declara sob as penas da lei que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À

Pregoeira da CMCI

REF: PREGÃO Nº.01/2022.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº _____, por mediação de seu representante legal

o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(Local), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

À

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Pregão Presencial nº 01/2022.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº _____, por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº.

_____ e do CPF nº. _____, e através do (a) seu (sua) Contador (a), Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, inscrito no CRC sob o nº _____, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, não estar incurso em nenhuma das vedações do art. 3º § 4º. da referida lei.

(Local), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)
Assinatura do Contador

(identificação/Nº. do CRC)

OBS: No documento deverá constar firma reconhecida do Contador, ficando este ciente de que assume total responsabilidade pela presente Declaração, e que responderá integralmente pela inexatidão das informações por ventura equivocadas.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO VII- PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	WORKSTATION NOTEBOOK	01			
02	HD's SSD	40			
03	HD's SSD M.2	40			
04	Módulos de Memória	40			

VALOR TOTAL GLOBAL POR EXTENSO

Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma;

Declaramos que estão inclusos todos os custos de fornecimento e instalação, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

Declaramos que os produtos ofertados são de boa procedência e que não fornecemos produtos adulterados, sob penas da legislação vigente.

É facultada às interessadas a realização de visita técnica ao local da prestação dos serviços, ou seja, na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, contudo, a participação no certame enseja o conhecimento e a aceitação do serviço solicitado.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”